JORNAL DO SERVIDOR

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

DIVULGAÇÃO

PL prevê quatro cargos de desembargador e funções comissionadas

Senado analisa mudanças em cargos da Justiça do Trabalho de Goiás

O Senado Federal analisa o Projeto de Lei 4.921/2026, que prevê mudanças na estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em Goiás. A proposta transforma sete cargos vagos de juiz do trabalho substituto em quatro cargos de desembargador e prevê a criação de cargos em comissão e funções comissionadas. Segundo o projeto, as alterações não resultarão em aumento de despesas. A matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça em 14 de outubro, quando o senador Vanderlan Cardoso foi designado relator. O parlamentar deverá analisar a proposta e apresentar parecer à comissão. Após a análise, o texto poderá seguir para as próximas etapas de tramitação no Senado. A proposta trata da organização do Judiciário trabalhista e da distribuição de cargos no tribunal, responsável por julgar recursos e processos trabalhistas em Goiás. A criação e a transformação de postos dependem da aprovação do projeto pelo Congresso Nacional.

Dia do Servidor Público pode ser feriadão

Algumas prefeituras e governos estaduais optaram por transferir o ponto facultativo do Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, para o dia 30, em alguns casos para prolongar o descanso até o feriado de Finados, em 2 de novembro. A mudança não é nacional e depende de ato de cada órgão. Servidores devem consultar o calendário oficial local. A data original está prevista na Lei nº 8.112/1990, que institui o dia do servidor público federal, mas não determina folga automática para todos os trabalhadores do serviço público.

DIVULGAÇÃO

Transferência do ponto facultativo depende de cada órgão público

Portaria flexibiliza progressão de carreira no MGI

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos publicou portaria que estabelece regras transitórias para a progressão funcional de servidores recém-ingressos no cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais que não tenham avaliações de desempenho anteriores. A Portaria permite que a nota da avaliação do estágio probatório seja utilizada excepcionalmente para cumprir esse requisito. A medida busca viabilizar a progressão desses profissionais enquanto não há avaliação anterior passível de repetição.

FAQ auxilia avaliação de desempenho funcional

Em complemento à medida, o MGI também disponibilizou um FAQ com orientações sobre a avaliação de desempenho nas carreiras transversais. O material esclarece dúvidas sobre os critérios utilizados para progressão e promoção funcional, além de abordar procedimentos específicos de cada carreira. A publicação busca facilitar a compreensão das regras pelos servidores e orientar a aplicação das normas de avaliação de desempenho.

Novos nalistas legislativos

A Câmara dos Deputados abriu concurso com 66 vagas para analista legislativo e formação de cadastro de reserva. A remuneração é de R$ 32.070,88. As inscrições vão até 17 de novembro, pelo site do Cebraspe, com taxa de R$ 130. As provas objetivas e discursivas estão previstas para 17 de janeiro de 2027, em todas as capitais e no DF. A lotação será em Brasília.

Vagas de auditor federal

A Controladoria-Geral da União (CGU) abriu concurso com 60 vagas para auditor federal de Finanças e Controle, com salário inicial de R$ 20 mil. Metade das oportunidades é destinada à área de tecnologia da informação. As inscrições seguem até 4 de novembro, pelo site do Cebraspe, com taxa de R$ 170. As provas serão aplicadas em 13 de dezembro.

Concursos em 2027

O Projeto de Lei Orçamentária de 2027 prevê 19,4 mil provimentos na área de educação do Executivo federal e reserva R$ 1,2 bilhão para concursos e contratações em instituições federais de ensino. O governo também sancionou a criação de 24,9 mil cargos em universidades e institutos federais. A seleção unificada para técnicos está em estudo.

Paralisação na educação

Servidores técnico-administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS farão novas paralisações nesta terça-feira (20), quarta-feira (21) e quinta-feira (22). A mobilização, convocada pela Assufrgs, sindicato da categoria, defende as universidades públicas e os institutos federais. Os ofícios foram enviados às reitorias. A entidade busca fortalecer a luta em defesa da educação pública.

IFAP com cargos técnicos

O Instituto Federal do Amapá (IFAP) está com inscrições abertas para concurso com 23 vagas em cargos técnico-administrativos de níveis médio, técnico e superior. Os salários variam de R$ 3.181,39 a R$ 5.215,39. O prazo termina em 29 de outubro, e a prova está prevista para 6 de dezembro. Taxa de inscrição vai de R$ 90 a R$ 120.

Processo seletivo da INB

A Indústrias Nucleares do Brasil (INB) abriu processo seletivo para cadastro de reserva em 55 cargos de níveis médio, técnico e superior. Os salários variam de R$ 3.452 a R$ 8.374. As inscrições vão até 11 de novembro, no site da FGV, com taxas de R$ 100 a R$ 125. As provas estão previstas para 10 de janeiro de 2027. Há vagas previstas em quatro estados.

DIVULGAÇÃO

Servidores cobram garantias de pagamento e ameaçam ampliar mobilizações

Servidores da Justiça mobilizam contra risco de atraso salarial

CJF não garante pagamentos integrais, e sindicatos temem atrasos no fim do ano

Por **Raphaela Cordeiro**

Servidores do Judiciário Federal intensificaram a mobilização em diferentes estados diante do risco de atraso no pagamento de salários e benefícios no fim do ano. No Rio Grande do Sul, houve paralisação em 14 de outubro, com ato em Porto Alegre e atividades em 11 cidades do interior. Em São Paulo, o Sintrajud anunciou que uma paralisação por tempo indeterminado poderá começar nesta quarta-feira (21) na Justiça Federal e no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), caso decisões orçamentárias provoquem cortes ou atrasos.

A mobilização ocorre após o Conselho da Justiça Federal (CJF) informar que acompanha a execução orçamentária, mas não apresentar garantias de pagamento integral das verbas de novembro e dezembro. Os sindicatos cobram medidas para assegurar salários e benefícios em dia. O risco, porém, não significa que os pagamentos já tenham sido atrasados.

No Rio Grande do Sul, o Sintrajufe/RS organizou ato em frente ao TRF-4, em Porto Alegre, além de atividades em 11 cidades do interior. A categoria cobrou garantias de pagamento integral e em dia.

Em São Paulo, o Sintrajud aprovou estado de greve e assembleia permanente. A paralisação prevista para 21 de outubro depende de eventual decisão do CJF que provoque cortes ou atrasos. O sindicato também convocou vigília para acompanhar a reunião do Conselho.

No Paraná, o Sinjuspar manteve o estado de greve e poderá ampliar a mobilização caso haja prejuízos aos pagamentos. Em Santa Catarina, o Sintrajusc convocou atos para cobrar garantias.

No Rio de Janeiro, o Sisejufe pediu reunião com a administração do TRF-2 para esclarecer se as restrições orçamentárias podem afetar os pagamentos. Nesses estados, há articulação sindical ou possibilidade de greve, não confirmação de paralisações já realizadas.

As entidades citam déficit estimado em R$ 266 milhões na Justiça Federal e questionam a distribuição de recursos diante de despesas com vantagens e pagamentos retroativos a magistrados. Os sindicatos cobram transparência sobre o orçamento e medidas para evitar prejuízos aos servidores. O valor do déficit precisa ser esclarecido pela administração judiciária.